CONHECER, PESQUISAR, ESCREVER...

Guacira Lopes Louro*

A partir da experiência como pesquisadora e orientadora de dissertações e teses no campo dos estudos de gênero e de sexualidade, discuto alguns desafios envolvidos nas tarefas de conhecer, pesquisar e escrever na perspectiva pós-estruturalista. Assumindo que a linguagem institui um modo de conhecer, enfatizo que o modo como se escreve está estreitamente articulado às escolhas teóricas e políticas que se empreende. Comento algumas das críticas feitas à perspectiva pós-estruturalista e, apoiando-me em exemplos, busco demonstrar armadilhas e possibilidades de escrever em coerência com essa perspectiva e campos teóricos.

Palavras-chave: prática de pesquisa, pós-estruturalismo, gênero e sexualidade

Os rótulos incomodam. Eles fixam e aprisionam – ainda que provisoriamente. Por isso os rejeitamos. Contudo, nossos projetos de pesquisa, nossas análises e artigos freqüentemente afirmam, em seus parágrafos iniciais, terem sido produzidos «na perspectiva pós-estruturalista». Imprimimos o rótulo e instalamos uma expectativa; de um modo ou de outro, fazemos uma espécie de «promessa».

Com essas palavras, iniciei um pequeno texto, há alguns anos atrás, destinado a promover a discussão com meus orientandos/as de mestrado e douto-

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (Porto Alegre/Brasil).

rado a propósito da tarefa acadêmica em que estavam envolvidos: elaborar suas dissertações e teses. A expressão «nossos projetos de pesquisa» constituía-se numa referência direta ao campo em que nos movimentamos: os estudos de gênero e de sexualidade encarados sob a ótica pós-estruturalista. O texto muito breve era constituído de pequenas notas, recomendações ou dicas, e a primeira delas dizia: *Ter sempre em mente que a forma como se escreve (ou se fala) está articulada, intimamente, à forma como se pensa e se conhece.* Imediatamente, alguns estudantes sugeriram que nós o tomássemos como um guia para examinar o material que produziam, ou seja, que passasse a funcionar como uma espécie de *checklist* para verificar o quanto cada texto se aproximava ou se afastava das «recomendações». Que ironia! Na tentativa de «ensinar» meus alunos e alunas a pensar e a escrever na perspectiva pós-estruturalista, eu, de modo absolutamente incoerente, acabava por lhes oferecer uma espécie de manual, um roteiro basicamente propositivo, cheio de afirmações decisivas que, de um modo ou de outro, lhes engessava o pensamento, desestimulando o questionamento, o ensaio, a experimentação. O pequeno texto ia na contramão do que ele próprio pregava!

Apesar dessa incongruência, o texto não foi jogado fora. Nas sessões de prática de pesquisa que se seguiram, penso que nós acabamos por desconstruí-lo, «abrindo» suas palavras e frases, problematizando e subvertendo suas assertivas. Ainda acredito que possa extrair algumas idéias interessantes dali e é esse mesmo texto – agora destituído de suas características prescritivas (assim espero!) e perturbado por outras leituras – que vai me servir de apoio para comentar alguns desafios do pesquisar e do escrever.

Começo pela linguagem. Brevíssimas referências, mas que me parecem indispensáveis. Na perspectiva que privilegiamos, não se trata de dizer, simplesmente, que a linguagem que usamos reflete nosso modo de conhecer, e, sim, de admitir que ela faz muito mais do que isso, que institui um jeito de conhecer. Um manual (no que, inadvertidamente, meu texto parecia ter se transformado) consiste num roteiro de «como fazer» e é, portanto, um texto carregado de autoridade. Por muito tempo, foi considerado imprescindível que pesquisas e textos produzidos no campo da educação apontassem direções, trouxessem recomendações ou encaminhassem possíveis soluções para problemas. Segundo muitos, essa é uma «marca» da área que deve continuar a ser pre-

servada. Em conseqüência, tais textos, freqüentemente, têm um tom prescritivo e reivindicam autoridade. Quando apresentamos nossas idéias como «fatos», também nos colocamos na posição de quem sabe o que está afirmando e, de algum modo, estamos oferecendo a quem lê a possibilidade de discordar ou concordar com o que estamos dizendo. Quando «recheamos» nossos textos de questões, provocamos um deslizamento na fonte de autoridade e instigamos ou convidamos o/a leitor/a a formular respostas às indagações feitas. Tudo isso ocorre, também, na linguagem cotidiana e, muito freqüentemente, não nos damos conta do que se passa. Quando produzimos relatos de pesquisa e teses, precisamos estar um pouco mais atentas a esses processos. O «tom» de um texto pode encerrar uma discussão ou, em vez disso, provocar polêmica ou dissenso. Isso é bom ou não? Depende. O modo como escrevemos tem tudo a ver com nossas escolhas teóricas e políticas.

Pensando em termos amplos, Catherine Belsey (2002) lembra que tanto o totalitarismo quanto o liberalismo buscam o consenso: um erradicando a oposição, e o outro negociando com ela. Apoiando-se em Lyotard, ela sugere que vale a pena ir em outra direção, ou seja, buscar o dissenso, uma vez que o consenso pode levar a um centrismo que, freqüentemente, deixa as coisas tal como elas estão (é o caso, por exemplo, do «candidato de consenso» que acaba por ser, conforme observa a autora, alguém que, no fim das contas, não satisfaz a ninguém). Provocar a polêmica, a discussão e o dissenso pode ser um modo de sacudir o estabelecido, pode contribuir para promover modificações nas convenções e regras, pode ser (quem sabe?) um jeito muito criativo de lidar com o conhecimento.

Trata-se, pois, repito, de fazer escolhas e de tentar ser coerente com elas – na forma de pesquisar e de escrever. Contudo, estar atenta à linguagem não significa pretender controlar seus possíveis efeitos ou pretender fixar-lhe o significado. Se pensarmos na ótica pós-estruturalista, estaremos convencidas de que isso é impossível. Um texto sempre pode ser interpretado diferentemente, sempre pode ser interpretado outra vez, e ainda outra vez e mais outra... Um texto desliza, escapa. Ao invés de lutar contra a fluidez da linguagem, melhor seria explorar o jogo lúdico das palavras, tentar construir com finura as questões e os argumentos, dedicar-se a tecer a trama do texto com cuidado e com prazer.

A escolha teórica e política que venho empreendendo há alguns anos tem me levado a desconfiar das certezas definitivas, tem me obrigado a admitir a incerteza e a dúvida. Venho aprendendo a operar com a provisoriedade, com o transitório, com o mutante. Isso está muito longe de significar que «vale tudo», mas implica praticar, freqüentemente, o auto-questionamento. Nesse caso, abandona-se a pretensão de dominar um assunto ou uma questão. É verdade que o domínio de um tema, de uma questão ou mesmo de uma área disciplinar costuma se constituir numa aspiração de muitos intelectuais e professores/as; mas temos de admitir que a tarefa de conhecer é sempre incompleta, sem fim. Além de uma boa dose de onipotência, a pretensão ao domínio pode significar, por vezes, satisfazer-se com as respostas ou as soluções que se encontrou, colocar um ponto final e, enfim, descansar, deixar de se empenhar.

Admitir a incerteza e a dúvida supõe poucas (raras) afirmativas categóricas ou indiscutíveis e o uso freqüente de formulações mais abertas. Para muitos, um texto com tais características pode parecer incompleto, inconcluso. Talvez alguns até suponham que o autor ou autora seja um tanto inseguro/a. No entanto, seria razoável pensar que esse tipo de escrita também pode, mais do que outras, sugerir transposições e expansões. O leitor ou leitora são «chamados» mais fortemente a intervir ou a tomar posição e a leitura talvez se transforme, assim, num processo mais provocativo e instigante. Empreender tal escolha teórica implica lidar com contradições, sim, mas implica deixar de lado a lógica da dialética, que supõe a síntese e a superação da contradição. Freqüentemente, empregamos um raciocínio do tipo *ou* isso *ou* aquilo. Estudiosos e estudiosas pós-modernos sugerem a produtividade de se pensar de um outro modo, na base do *e/e*, ou seja, admitindo que algo pode ser, ao mesmo tempo, isso *e* aquilo. Já se adivinha, por esse comentário, que apostamos na possibilidade de questionar o pensamento binário e oposicional com o qual estamos acostumadas a lidar e nos lançamos para experimentar a pluralidade. Em razão de tudo isso, me parece pouco convincente, nas pesquisas que se dizem pós-estruturalistas, as tabelas de categorias fixas, as colunas e os quadros classificatórios, as escalas e as matrizes. Mais ou menos na mesma direção também parece ir a delimitação de seqüências lineares de períodos, de fases e de etapas progressivas. Acredito que as questões que colocamos em exame (identidades, práticas, instituições) podem ser, ao mesmo tempo, muitas coisas;

não precisam (e, usualmente, não conseguem) «encaixar-se» com exclusividade num único registro.

Acrescente-se a essa posição de abandono das pretensões generalizantes e das afirmações universais mais uma tendência das pesquisas pós-estruturalistas: a de valorizar (e operar com) o local e o particular. De novo, uma característica que «incomoda», pois nos leva a admitir a indeterminação e a contingência. Em conseqüência, se nos engajamos nessa perspectiva, somos instadas a sermos mais modestas e a abandonarmos a tentação de alcançar o «essencial», o «autêntico» ou a «origem». Tudo isso parece se tornar particularmente complicado quando o campo de pesquisa é o dos gêneros e das sexualidades. Nesse caso, as resistências à perspectiva pós-estruturalista ficam como que potencializadas, pois a abordagem se contrapõe ao anseio pelas verdades universais, seguras e estáveis que é, aí, tão premente.

Entre as críticas mais comuns e aligeiradas feitas aos estudos sob essa ótica está aquela que afirma que esse modo de conhecer, de pesquisar (e de escrever) é «frouxo» e vago, cheio de incertezas e dúvidas. A par da banalização do ataque, é preciso reconhecer que aparecem aqui – como em qualquer outra perspectiva teórica – textos frágeis, inconsistentes, mal escritos. Há quem recorra, displicentemente, a fórmulas de linguagem, sem se perguntar a respeito das implicações de utilizar expressões como, por exemplo, «condições de possibilidade» ou «efeitos de verdade». Uma displicência como essa justifica que se qualifique um texto como «frouxo». No entanto, com relação à alegada incerteza, eu arriscaria outro tipo de resposta. A incerteza é, efetivamente, parte integrante desse modo de pensar; mas ouso dizer que é impossível exercer, seriamente, o ofício de pesquisador, seja qual for a vertente teórica pela qual se tenha afinidade, sem experimentá-la. Incerteza e dúvida não me parecem pecados que precisem ser exorcizados por um pesquisador ou pesquisadora; em vez disso, podem se constituir numa espécie de gatilho para qualquer investigação, podem ser exercitadas ao longo de um estudo e, desse modo, estimular a atitude de busca continuada do conhecimento. Em síntese, a perspectiva pós-estruturalista não autoriza ninguém a utilizar conceitos, teorias ou procedimentos analíticos de modo descompromissado. Muito pelo contrário, exatamente por admitir o borramento entre as fronteiras disciplinares, por rejeitar narrativas totalizantes e finalistas, essa perspectiva exige que se historicize os conceitos e

as teorias, que se leve em conta como esses são tomados por distintas vertentes em distintos contextos, que se busque com radicalidade os pontos nodais em que se assentam argumentos, que se problematize o inquestionável e o naturalizado.

Um conceito que, freqüentemente, aparece em nossas pesquisas é o conceito de identidade. Um conceito polissêmico que é também empregado por distintas vertentes teóricas e campos disciplinares. Na ótica que assumimos, é no âmbito da cultura e da história que supomos que as identidades se definem. Entendemos, também, que os sujeitos se constituem de múltiplas e distintas identidades (de gênero, de raça, etnia, sexualidade, etc.), na medida em que são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Stuart Hall, um autor ao qual freqüentemente recorremos, diz que a identidade é um ponto de apego provisório a uma determinada posição-de-sujeito. Reconhecer-se numa identidade supõe, então, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento (que pode significar reconhecer-se ligado a um grupo social de referência). Nada há de simples ou de estável nisso tudo, pois as várias identidades de um sujeito podem lhe cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes ou até contraditórias. Supomos, então, que somos todos sujeitos de muitas identidades e que essas múltiplas identidades podem ser provisoriamente atraentes (portanto elas também podem ser, em algum momento ou por alguma circunstância, rejeitadas e abandonadas). Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes e tudo isso se aplicaria às identidades sexuais e de gênero. Se assumimos essa perspectiva, teremos de admitir que também as identidades de gênero e sexuais têm caráter fragmentado, instável, histórico e plural. Ora, não é exatamente desse modo que muitos outros estudiosos e estudiosas (ligados à Antropologia, à Psicologia ou a outras correntes feministas, por exemplo) lidam com o conceito. Em algumas vertentes, se entende a identidade como algo que é essencial ao sujeito, como aquilo que lhe dá coerência ao longo da vida. Há que ter muita atenção, portanto, à forma como fazemos «funcionar» o conceito em nossa investigação e em nossa escrita. A atenção também precisa ser dirigida, é óbvio, para a diversidade de autores/as a que se recorre. Nada contra a apresentação ou o confronto de posições teóricas diferentes ou discordantes. Mas é importante que não se faça uma «geléia geral», que não se coloque na

boca de um/a autor/a uma proposição que o conjunto de sua teorização não autoriza; é importante, ainda, que se evite resvalar para a lógica daqueles teóricos/as e comentaristas que divergem da perspectiva que estamos pretendendo assumir em nosso próprio estudo. Uma boa estratégia talvez seja contrapor, explicitamente, diferentes posições, apontar seus nexos, articulações e afastamentos, indicando com acuidade e precisão onde ou em que reside a diversidade.

Conhecer, pesquisar e escrever nessa ótica significa resistir à pretensão de operar com «a verdade». Implica entender que qualquer verdade ou certeza (incluindo, obviamente, as *nossas*) está ancorada no que é possível conhecer num dado momento, portanto é provisória, situada. Essas idéias aproximam-se do conceito de *episteme* de Foucault, ou seja, da concepção de que, num determinado momento histórico, há um conjunto de regras e princípios que predominam e que possibilitam que certas coisas – e não outras – sejam ditas (ou sejam pensadas, concebidas) (cf. Silva, 1999). Nossa atenção, portanto vai na direção de compreender como algo *se tornou* verdade para determinado grupo ou sociedade e para uma época, como foi possível que determinadas idéias aparecessem, como foi possível formar-se uma tal racionalidade (Foucault, 1995).

Numa investigação que se ocupe da sexualidade, em vez de examinarmos sexualidades «desviantes» em contraposição à heterossexualidade (tomada como padrão), estaríamos interessadas em saber como a heterossexualidade se tornou «isso», ou seja, o padrão de normalidade. Dito de um modo mais contundente: através de que processos a heterossexualidade se tornou «natural»? Que discursos permitiram que essa verdade fosse admitida como única, singular e universal? Que discursos foram silenciados neste processo? Que outras formas de sexualidade foram empurradas para o lugar ilegítimo, não-natural, inaceitável? Como tudo isso aconteceu? Que outras modificações culturais, sociais, econômicas também estavam acontecendo, neste mesmo tempo? Como essas outras modificações contribuíam para sustentar a verdade da heterossexualidade?

Para que fosse possível estabelecer a relação hetero/homossexualidade tal como ela é hoje concebida (em que o primeiro elemento é a regra, a norma e o segundo o desvio) teria sido necessário, em primeiro lugar, que fossem «criadas» essas duas práticas e esses dois «tipos» de sujeito. Por certo não posso concebê-los como um «par», classificá-los ou hierarquizá-los sem que antes eles

tenham se constituído como tipos distintos, distinguíveis, como unidades discretas. Nossa indagação inicial se volta, portanto, para determinar como, quando, através de que estratégias cada elemento do par ou cada pólo surgiu. Com apoio de vários estudiosos, conseguimos estabelecer que esses sujeitos e práticas são nomeados pela primeira vez ao final do século XIX. Colocamos em dúvida essa informação: sujeitos que tomavam como objeto de seu desejo e de seus jogos amorosos e sexuais parceiros do mesmo sexo, ou seja, sujeitos homossexuais, não existiam antes dessa época? Sim e não. Por certo tais práticas existiram antes, mas não com o caráter e o significado que assumem no período em questão. Para alguns grupos sociais, em determinados períodos históricos, essas práticas se constituíam como desejáveis e regulares; para outros, em outros momentos, elas eram compreendidas como indesejáveis e como um pecado ao qual qualquer um podia, infelizmente, sucumbir. Ao final do século XIX, passam a se constituir numa forma específica de sexualidade que é praticada por um «tipo» específico de sujeito. Essas práticas são, agora, *nomeadas* como homossexuais. Portanto, na perspectiva teórica que assumimos, a resposta à indagação antes feita será afirmar que a homossexualidade e o sujeito homossexual foram «inventados» no século XIX. Se, em outros momentos históricos, as relações sexuais e amorosas entre sujeitos do mesmo sexo tinham outros significados, eram nomeadas de outro modo, tinham outras repercussões ou efeitos sociais, culturais, simbólicos, materiais, tais práticas se constituíam em *outra coisa.*

Que conjunto de mudanças estava em curso para que essa mudança – tão significativa para o campo da sexualidade – pudesse acontecer? Abandonamos a pretensão de descobrir «a causa» ou «o» motivo singular para que tal transformação tenha ocorrido e voltamos nossa atenção para analisar as condições que possibilitaram a transformação. Experimentamos o olhar sincrônico ao invés do evolucionista, como recomenda Foucault, e vamos tentar pensar em «outras mudanças... igualmente presentes no campo da contemporaneidade» (Foucault, 2000: 166).

Desde o início do século XIX, as sociedades ocidentais viviam uma progressiva urbanização e industrialização; homens e mulheres ocupavam outros lugares e ensaiavam novas relações entre si; a população aumentava e os nascentes estados nacionais preocupavam-se em organizar e ordenar essas populações,

em tirar o máximo proveito de sua capacidade de trabalho, em disciplinar e higienizar a vida de seus povos. Mudavam também os paradigmas mais amplos para justificar a existência do ser humano. A convicção de que esse sujeito estivesse conectado com o cosmo maior, regido por um Deus onipresente começava a ser deslocada, ainda que não abandonada. Passava-se, cada vez mais, a examinar o ser humano em sua materialidade, dando especial atenção à sua biologia, ao seu corpo. A ciência ganhava centralidade. A vida (a saúde) das populações revestia-se de crescente importância. Nesse contexto, passam então a ganhar especial destaque a organização da sexualidade, da reprodução, da família.

Esse conjunto de mudanças e de condições talvez permita compreender melhor como e porque os olhares dos homens «sábios» da época (médicos, filósofos, moralistas e pensadores) se empenham tanto em classificar e ordenar os tipos humanos – sadios e doentes, diligentes e vadios, produtivos e improdutivos, decentes e indecentes... A partir de seu olhar «autorizado», diferenças entre sujeitos e práticas sexuais são inapelavelmente estabelecidas. Não é de estranhar, pois, que a linguagem e a ótica empregadas em tais definições sejam marcadamente masculinas; que as mulheres sejam concebidas como portadoras de uma sexualidade ambígua, escorregadia e potencialmente perigosa; que os comportamentos das classes média e alta dos grupos brancos das sociedades urbanas ocidentais tenham se constituído na referência para estabelecer as práticas moralmente apropriadas ou higienicamente sãs. Tipologias e relatos de casos, classificações e minuciosas hierarquias caracterizam os estudos da nascente sexologia. Busca-se, tenazmente, conhecer, explicar, identificar e também classificar, dividir, regrar e disciplinar a sexualidade. Produzem-se discursos carregados da autoridade da ciência. Discursos que se combinam ou se confrontam com os da igreja, da moral e da lei. É nesse contexto que, pela primeira vez, se «nomeia» o homossexual e a homossexualidade e, a seguir nomeia-se aquele sujeito e aquela prática que se constituem na norma, no padrão de referência: o heterossexual e a heterossexualidade. É interessante fazer essa pontuação: inicialmente se define o desviante e, após, surge a necessidade de definir aquele do qual ele se desvia. Como sabemos, a norma é, paradoxalmente, omnipresente e invisível. Ela não precisa ser marcada, quem é marcado ou o que é marcado é aquele ou aquilo que se afasta da norma. Finalmente, o par hetero/

homossexual é concebido, cada elemento tido como distinto e oposto. Um é aquilo que o outro não é. Esses discursos passam, então, a habitar os corpos. «Eles se acomodam em corpos», como diz Judith Butler, ou, para ser mais contundente, «os corpos, na verdade, carregam discursos como parte de seu próprio sangue» (Butler em entrevista a Prins & Meijer, 2002: 163).

Poder e a diferença constituem-se, portanto, em questões absolutamente relevantes na ótica que privilegiamos. Os processos de constituição de uma prática sexual como normal (e, então, como a prática a ser compulsoriamente adotada por todos) e de outras práticas como desviantes ou anormais se dá em meio e por meio de jogos de poder. Para compreender como se constituem identidades e práticas sexuais bem como para perceber a «força» e eficiência de pedagogias culturais da sexualidade (maciçamente exercidas na direção da heterossexualidade) de pouco serviria, contudo, pensar o poder como unidirecional, centralizado e meramente repressivo; provavelmente será mais útil pensá-lo disseminado, multifacetado e produtivo. Teríamos que operar com a idéia de jogos (no plural) nos quais poder e resistência se exercitam, jogos nos quais se instituem referências de normalidade ou de diferença, de sujeitos normais e de sujeitos «diferentes». No processo de análise e de desconstrução dessa lógica binária haveria que reconhecer que uma dicotomia só «funciona» na medida em que seus termos são percebidos como exteriores um ao outro e não como enredados mutuamente – e já assinalamos quão enredados estão esses sujeitos sexuais. O trabalho de desconstrução avançaria se tornássemos visível a dependência mútua de cada elemento do par, se colocássemos em questão a hierarquia, se a invertêssemos e, finalmente, se buscássemos os referentes comuns, a lógica de todo o binarismo.

Interrompo aqui meus comentários. Por certo são infindáveis as observações que se pode fazer sobre as tarefas de conhecer, pesquisar, escrever. Sugiro que você, leitor ou leitora, continue pensando sobre tudo isso. Para ser coerente com a teoria que abraço, desisto de construir uma conclusão ou um «arremate». Não há fechamento para essa fala, afinal, Derrida já afirmou, em algum lugar, que o fechamento não é só indesejável, mas impossível.

Referências bibliográficas

BELSEY, Catherine (2002). *Postructuralism. A very short introduction.* Nova Iorque: Oxford University Press.

DERRIDA, Jacques (1997). *A farmácia de Platão.* São Paulo: Iluminuras.

FOUCAULT, Michel (1995). *As palavras e as coisas* (7ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

PRINS, Baukje, & MEIJER, Irene (2002). Como os corpos se tornam matéria: Entrevista com Judith Butler (Trad. Susana Bornéo Funck). *Revista Estudos Feministas, 10*(1).

SILVA, Tomaz Tadeu (1999). *Teoria cultural e educação. Um vocabulário crítico.* Belo Horizonte: Autêntica.